



# O BRASIL NO MUNDO EM TRANSIÇÃO — SEU PODER E SUAS POTENCIALIDADES(\*)

Carlos de Meira Mattos

---

Após breve apreciação sobre o processo de transição no qual entrou o mundo, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o artigo examina a situação do Brasil dentro dele, suas potencialidades e opção de sobrevivência como nação soberana, diante das principais tendências que balizam a marcha da humanidade para o século XXI.

---

*“Vivemos hoje um período de transição. Não somente em nosso país mas em todo o mundo. Mudanças parecem acontecer todos os dias em ritmos mais espetaculares. Em velocidade sem precedentes na história. Muros de Berlim caem em poucos dias, países se abrem e quebram estruturas de muitos séculos. Produtos ficam obsoletos da noite para o dia. Novas tecnologias tornam possível o impossível. Países saem da obscuridade de uma economia agrícola para o primeiro plano mundial em pouquíssimo tempo, alavancados por atividades focadas em alta tecnologia.”*

(John Naisbitt e Patricia Aburdene, *Megatrends 2000*, tradução publicada pela Amana-Key Editora, 1990)

---

(\*) Selecionado pelo PADECEME

## O QUADRO DA TRANSIÇÃO

**A**pós a queda do muro de Berlim, em 1989, o mundo político, econômico, social e militar entrou em processo de transição. Ruíram os valores que mantiveram o equilíbrio estratégico no período de após 2ª Guerra Mundial (1945), vigentes durante 45 anos — traduzidos no conflito ideológico, político, econômico e militar entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética —, para dar lugar a uma nova ordem mundial ainda em fase de transição.

Os analistas estão preocupados com o novo panorama estratégico do planeta que começa a tomar forma, e alguns já se manifestaram.

Já ouvimos o ex-secretário da defesa, ex-presidente do Banco Mundial, Robert Mc Namara, que defende uma *nova ordem mundial* dirigida pelos 7 grandes (Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Japão), nações que, pelo seu peso, dominam as estruturas internacionais de poder político (ONU e pactos regionais) e de poder econômico (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional — FMI, Comunidade Econômica Européia — CEE).

Na *nova ordem mundial* de Mac Namara, as Grandes Potências garantiriam a paz e a segurança entre as nações utilizando, quando necessário, uma diplomacia de pressões políticas e econômicas que, quando ineficaz, em última instância, seria substituída pela ação militar realizada através da inter-

venção de uma força internacional sob a responsabilidade da ONU.

Outros analistas europeus e norte-americanos, nas principais revistas e jornais, vêm insistindo na tese de que o *poder bipolar*, que assegurou o equilíbrio estratégico deste pós-guerra, está sendo substituído pelo *poder hegemônico* dos Estados Unidos, hoje único possuidor de um arsenal estratégico sem rival. Outros como o professor Joseph Nye, da Universidade de Harvard, acreditam no retorno de um *sistema multipolar de poder*, como foi no século XIX.

No curso das transformações e reavaliações que se processam neste período de transição, a posição relativa de cada país no quadro estratégico mundial também está em jogo.

O Brasil, por exemplo, no período do confronto bipolar, teve uma política internacional clara em função de sua opção política pelo ocidente democrático e cristão, e isto lhe deu um *peso estratégico*, representado pelo valor de nossas alianças e nossa participação nos organismos internacionais e nos compromissos militares. Em que pesassem as pressões externas, nunca o Brasil se sentiu constrangido à tomada de uma posição contrária aos seus interesses.

Uma primeira análise da futura nova ordem mundial, indica, aparentemente, para o nosso país, uma perda de capacidade de opção, o que se traduziria no enfraquecimento de nosso peso estratégico. Isto se se confirmarem os prognósticos de um poder hegemônico mundial ou de uma ordem universal comandada pelas grandes potências.

A estrutura jurídica do Ocidente fundada nos princípios da liberdade e igualdade entre as nações, aceitos por todos os países do Ocidente após a Revolução Francesa, estaria profundamente abalada se surgisse uma *nova ordem internacional que reconhecesse o direito de uma minoria de "grandes" ou de um poder hegemônico*.

Quer nos parecer que *o peso estratégico do Brasil* no novo cenário mundial que se anuncia estará relacionado com a nossa capacidade de opção política num universo de poder plural. Somente num quadro de poder plural será possível alcançar os objetivos de paz e segurança idealizados para o futuro da humanidade. Na visão de um poder hegemônico coordenando a ordem mundial, teríamos a chamada "Pax Romana" que predominou durante os quase dois séculos de apogeu do Império Romano.

Seria a paz dos submissos.

## NOSSO PODER E NOSSAS POTENCIALIDADES

No novo cenário da política internacional que se desenha para o período de após "queda do Muro de Berlim", o Brasil terá que disputar sua posição estratégica, seu lugar de respeito e prestígio, essencialmente, pelo peso de seu desenvolvimento econômico e social. A valorização dos países no mundo que se reorganiza em face das alterações da estratégia global, fundamenta-se no progresso econômico e social, medido principalmente pelos

indicativos de PNB, PNB *per capita*, índices educacionais e índices de padrão social de população (saúde, saneamento, habitação). Estes os indicadores que sobressaem nas avaliações e estatísticas que são apresentadas neste período de transição pelos organismos internacionais de pesquisa.

Não há dúvida de que, se a causa fundamental que fez desencadear-se as transformações que estão se operando na conjuntura da transição foi a *opção pelo bem-estar social*, como concluiu o autor norte-americano, de origem japonesa, Francis Fukuyama, relegando para plano secundário a opção ideológica, são os indicadores acima citados que proporcionam uma situação de tranqüilidade e conforto social. Neste caso, para alcançarmos peso estratégico na sociedade do século XXI, sejam quais forem os rumos da nova ordem mundial, teremos que retomar o ritmo de nosso desenvolvimento sócio-econômico.

Assim, será o *desenvolvimento sócio-econômico* a chave de nossa retomada de posição e prestígio internacional na sociedade do futuro.

Não há dúvida de que não nos faltam recursos materiais para esta retomada. Já fomos capazes, na década de 70, de manter um índice médio anual de crescimento econômico de 8,8% ao ano, dos mais altos do mundo (vide as estatísticas do *World Bank Report*, 1990). Os chamados tigres asiáticos Coréia do Sul, Taiwan (Formosa), Singapura e Hong Kong, que vêm impressionando os comentaristas internacionais pelos resultados econômicos e sociais alcançados nos anos 80, ob-

tiveram nessa década de 70 um crescimento abaixo do nosso. Começamos os anos de 80 em muito melhores condições para a arrancada do desenvolvimento do que os tigres asiáticos, e nos perdemos e estagnamos. Os anos 80 foram para nós a década perdida. Por quê? Não foi por carência de potencialidades. Nosso imenso território, 5º em superfície entre os países do planeta, abriga de sobra recursos de toda a natureza, minerais e de aproveitamento para a agricultura e pecuária. Atingimos um grau de desenvolvimento industrial bastante aceitável. Nossa capacitação tecnológica tem boa base para alcançar a sofisticação da modernidade. Nossas elites técnicas e nosso trabalhador não deixaram a desejar quando empenhados em atividade programada. Onde, então, fracassou o sistema? Na capacidade administrativa de gerir o Estado. As razões dessa incapacidade administrativa, vemos nós, encontram-se na falência das elites políticas, a quem caberia dirigir o desenvolvimento sócio-econômico do país e que conseguiram levar à falência uma nação promissora, assentada em ótima base de partida.

Sem querermos questionar o mérito do problema da crise interna e da nossa perda de posição no cenário internacional, diremos apenas que a impressão que temos é que elites dirigentes do Brasil, a partir do começo da década de 80, empolgadas pelas mensagens da abertura, confundiram democracia com irresponsabilidade.

Mas, voltando ao nosso poder e às nossas potencialidades, vamos discutir os fatores de poder de acordo com os

principais autores da ciência política, Morgenthau, Ray Cline e Paul Kennedy, todos três pesquisadores de universidades norte-americanas. Referimo-nos ao poder, porque de conformidade com a teoria do estado, o poder é o instrumento operacional da política, e será através do planejamento estratégico que chegaremos à ambição retomada do desenvolvimento sócio-econômico.

Concordam esses três analistas internacionais que o poder político se funda em fatores essenciais tais como: território; recursos naturais; população; capacidade industrial; desenvolvimento educacional e técnico científico; coesão nacional; aptidão diplomática e capacidade militar.

O Prof. Ray Cline, da Universidade de Georgetown, Washington, apresenta esses fatores sob uma fórmula matemática que, se por um lado pode ser de valor discutível, por outro lado veio ressaltar o peso desses fatores.

Eis a fórmula original do Prof. Ray Cline:  $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$ .

Identificando esses fatores, temos:

- Pp = Poder perceptível
- C = Massa crítica (população + território)
- E = Capacidade econômica (aqui incluindo o desenvolvimento técnico-científico)
- M = Capacidade militar
- S = Concepção estratégica (em termos nacionais seria Projeto Nacional)
- W = Vontade nacional (aqui incluída a coesão e a aptidão diplomática)

São novos fatores, potencializados dos apresentados acima, a informática e a biotecnologia.

Devemos observar, na fórmula de Ray Cline, sua articulação matemática. Colocou, no primeiro termo da equação, os fatores materiais, mensuráveis, palpáveis, como população, território, capacidade econômica e capacidade militar; no segundo termo, e com efeito multiplicativo, os fatores de índole social e cultural, concepção estratégica e vontade nacional. Assim fazendo, o professor Cline pretendeu realçar os aspectos do caráter e da inteligência nacionais capazes de elaborar uma boa estratégia e convergiram a vontade coletiva para sua execução.

Nestes últimos anos, a equação de poder recebeu novos *inputs* que não foram ressaltados pelos autores citados. Entre eles, o fator mais importante que entrou nesse jogo político foi, realmente, a *informática*, verdadeiro cérebro eletrônico, operador de dados e memória excepcional de mensagens de toda a natureza, aptas a serem transmitidas quase que instantaneamente, pela imagem e pelo som, a qualquer parte do planeta.

A informática está revolucionando os critérios operacionais do Estado e da economia, potencializando todos os fatores de poder considerados pelos autores acima citados.

Outro fator que está alterando esta equação do poder mundial, são os avanços da *biotecnologia*. As modernas aplicações da física e da química à agricultura e à pecuária estão criando condições modificadoras do conteúdo estrutural das sementes e sêmens com

repercussões revolucionárias nos ciclos de produção e no próprio produto. Discute-se, nos centros científicos e governamentais dos países mais adiantados, sobre os perigos de alterar-se a harmonia do código genético; particularmente quando se trata do homem, levantam-se questões éticas e morais sobre este assunto.

Nas áreas de menor violentação à harmonia natural do processo genético, várias experiências continuam se desenvolvendo, como a que se exhibe, no grande centro turístico de *Epcot*, na Flórida, onde se vê a produção de legumes e verduras em estufas, estimulando-se a germinação das sementes por meio de incentivos químicos em base aquática, fora da terra. Os progressos dessa tecnologia permitirão, no futuro, que as pessoas possam ter suas hortas em seus apartamentos.

Vejamos, agora, as perspectivas do Brasil, no quadro de poder do mundo futuro.

Assim, façamos um balanço de nosso poder atual e de nossas potencialidades, visando à retomada do desenvolvimento sócio-econômico, condição essencial para alcançarmos o bem-estar social e adquirirmos um peso estratégico capaz de vir a influir em nossa posição no cenário internacional do século XXI.

Quanto aos fatores geográficos do poder, não há dúvidas que não nos faltam recursos para desenvolver o país. Nosso *território*, com a extensão de 8.500.000km<sup>2</sup>, e o 4º maior do planeta em massa compacta, 5º em termos de espaço nacional descontínuo.

Em termos de posição geográfica não desfrutamos das mesmas vantagens dos Estados Unidos, cujo território continental quase de igual extensão que o nosso, leva a seu favor o fato de debruçar-se sobre os dois maiores oceanos do globo e estar situado inteiramente na zona temperada e no hemisfério norte, o mais desenvolvido do planeta. Entretanto, não falta ao *nosso território* uma boa articulação com o mar, no Atlântico Sul, assim como a existência de enormes áreas favoráveis à agricultura e à pecuária, exploradas em apenas a terça parte de sua capacidade, e ricas jazidas minerais, de toda ordem, também ainda virgens de aproveitamento em sua maior parte. Assim, no que tange ao *território e recursos naturais* os temos em abundância, e valiosos.

*Nossa população*, a 5ª maior do mundo, padece de carências graves nos campos assistencial e educacional. Há um esforço enorme a ser realizado para elevar, qualitativamente, nos setores da saúde, da habitação e da educação, o nível da maioria de nosso povo. Entretanto, temos a nosso favor não possuímos quistos raciais ou étnicos, fatores de enfraquecimento da unidade nacional, a exemplo do que vem acontecendo atualmente na antiga União Soviética e na Iugoslávia.

No que se refere à *capacidade industrial*, construímos, nos últimos 50 anos, um valioso e diversificado parque industrial, hoje com sua capacidade produtiva muito superior à demanda interna e externa. Esta década de 80 foi-nos desastrosa; o país, que vinha num ritmo de crescimento econômico

de 8,8% ao ano, um dos mais elevados do planeta, estagnou numa recessão asfixiante. Mas, com grande esforço, nossas empresas produtivas, embora obrigadas a sucessivas reduções de pessoal, conservam ainda uma base de partida capaz de responder a um novo apelo de crescimento.

A *capacidade educacional e técnico-científica* de uma sociedade é fator preponderante de progresso. Representa a potencialização da população para os encargos da vida moderna. A interrupção de nosso processo de crescimento econômico, resultando em carência de recursos financeiros, afetou profundamente os setores educacional e de pesquisas técnico-científicas. Isto numa hora em que a tecnologia das sociedades mais adiantadas alcançava níveis de alta sofisticação. Atrapalhou-nos, também, ao lado da falta de recursos para investir na pesquisa, uma certa exacerbação do espírito nacionalista aliado a vocações estatizantes, situados em áreas governamentais que não entenderam que o mundo estava se liberalizando num processo de inevitável intercomunicação. Por terem compreendido o fenômeno desta mudança, beneficiaram-se vários países, entre os quais os chamados 4 tigres asiáticos — Coréia do Sul, Taiwan (Formosa), Singapura e Hong-Kong — que saltaram na década de 80 (quando nós estagnamos) para posições de desenvolvimento econômico e social que os colocam, hoje, entre as economias mais saudáveis do globo.

Entre os equívocos que contiveram o avanço do programa de pesquisas tec-

nológicas em nosso país destacaremos, como exemplo, a política exageradamente protecionista para a indústria de informática, fechando-nos, assim, para o acompanhamento dos progressos acelerados que envolveram essa área nos últimos 20 anos — ficamos com uma indústria ultrapassada; outro exemplo foi a contenção do programa nuclear, tratado pelo governo como algo apocalíptico, ignorando que a energia do átomo tem inúmeras aplicações pacíficas no campo da economia, da medicina, do bem-estar social, explorado largamente pelos chamados países do 1º mundo.

Nossa *aptidão diplomática* é reconhecida internacionalmente. Porém a diplomacia é um instrumento de política exterior destinado a defender os interesses nacionais. Será preciso que o governo seja capaz de definir os interesses nacionais e marcar objetivos claros para que a diplomacia possa atuar. O diplomata só pode atuar eficazmente tendo uma retaguarda firme, que sabe o que quer. Vivemos, hoje, um quadro estratégico de transição que nos obriga a um cuidado especial em definir posições. Há valores, interesses nacionais, que não podem ser discutidos, como sejam, soberania e integridade territorial. Outros que podem ser reformulados, em função da irreversível tendência de integração em blocos e globalização de certas atividades no mundo moderno.

A *capacidade militar* do País deve responder às previsões das necessidades de segurança interna e externa. Somos uma nação de índole pacífica, sem reivindicações territoriais. Nenhum an-

tagonismo internacional, agudo ou crônico, ameaça a nossa soberania. Por outro lado, não devemos esquecer que temos um patrimônio nacional imenso a preservar num mundo contraditório e violento. O perigo representado pela subversão ideológica tornou-se inexpressivo após a queda do “Muro de Berlim”. Entretanto, outros perigos estão se formando, de fanatismos ecológicos e antropológicos, movidos por impulsos de interferência em nossa liberdade de decisão e em nosso território. Procuram essas minorias fanáticas apoio internacional para os seus planos. O fato de sermos amantes da paz não nos autoriza a embarcarmos no pacifismo ingênuo daqueles que acreditam que não haverá mais guerras. Conhece-se a história da humanidade há cerca de 6.000 anos. E sempre houve desejo de paz e jamais o mundo atravessou um século sequer sem assistir a muitas guerras — grandes e menores. Não devemos nos esquecer da nossa responsabilidade de defender 8.500.000km<sup>2</sup> de território, 15.700km de fronteira terrestre com 10 países vizinhos e 7.400km de litoral atlântico vis-a-vis com cerca de 20 repúblicas africanas e aberto à navegação internacional. Precisamos manter uma força armada adestrada, moderna e adequada à equação necessidade — responsabilidade.

A *coesão interna* é aquele fator que o professor Ray Cline chamou de *will* — vontade nacional. Insere-se naquele aspecto do poder de uma nação que o historiador inglês Arnold Toynbee se refere quando sentencia, concluindo

suas observações sobre o destino das civilizações:

*“Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso pela perda do poder criador de suas minorias dirigentes que, à mingua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las.”*

Quer-nos parecer que, no caso brasileiro atual, está havendo um afrouxamento do fator de coesão nacional, que sempre existiu, e que permitiu vencermos as etapas históricas da colônia, império e república, sempre unidos, numa convergência de aspirações e interesses maiores. Este afrouxamento, resultado da “perda de poder criador das elites dirigentes” o que vale dizer perda de liderança, perda de carisma, terá que ser corrigido, sem o que não alcançaremos os objetivos nacionais de bem-estar do povo e prestígio da nação.

Analisamos, acima, sucintamente, os fatores clássicos do poder político, segundo os mais renomados autores internacionais.

Tentaremos agora, modernizar a nossa interpretação de poder, incluindo e particularizando, por sua importância atual, dois novos fatores, que se vêm impondo nas duas últimas décadas: *informatização* e *biotecnologia*.

A *informatização* e a *biotecnologia* são considerados modernamente fatores de poder porque atuam como estímulo potencializador de qualquer um dos fatores clássicos. Por exemplo, a capacidade industrial ou a capacidade militar, estimulados por esses dois no-

vos fatores recebem um impulso multiplicador muitas vezes maior. O mesmo acontece agindo sobre os sêmens, as técnicas genéticas conseguem acelerar o desenvolvimento a várias espécies, e melhorar a qualidade dos rebanhos. A serviço do homem, a técnica genética vem criando benefícios extraordinários, particularmente no setor de saúde.

Ao lado desses efeitos benéficos, aqui referidos, levanta-se sobre a biotecnologia ou engenharia biológica uma barreira de ordem ética e moral. Pergunta-se até que ponto as manipulações genéticas, alterando as composições materiais de sementes e de sêmens, particularmente, estarão a serviço da sociedade humana? Certas técnicas de transgênese, ou seja, a introdução de genes de uma espécie em outra, ou mesmo a alteração da composição do genes da mesma espécie, vem criando uma oposição crescente em todo o mundo. O assunto, nos seus aspectos ético e moral, e também de sobrevivência da humanidade, merece a atenção de autoridades governamentais e científicas superiormente responsáveis.

Nos Estados Unidos, a Academia Nacional de Ciências, organização de cientistas e técnicos do maior prestígio, procura traçar a orientação sobre o desenvolvimento da biotecnologia.

A *informática* é a grande invenção de nova era. É o cérebro eletrônico que faz cálculos, desenhos, operações e tem memória onde armazena todo o tipo de informação. Opera com uma rapidez espantosa, milhares de vezes mais rápida do que o cérebro humano;

sua memória é quase perfeita. Apoiada nos avanços da eletrônica e das telecomunicações, possui capacidade de transmissão quase instantânea de mensagens escritas e sonoras entre todas as partes do globo.

Os países mais adiantados neste setor, Estados Unidos e Japão, já se encaminham para a construção dos chamados computadores de 5ª geração, que seriam capazes de tomar decisões semelhantes à mente humana, ao invés de se limitarem apenas à reprodução de dados previamente programados.

No Brasil, a lei de informática, garantindo a proteção de nossa fabricação através da reserva de mercado, se de um lado possibilitou a criação de uma indústria nacional de relativo porte, por outro lado, condenou-nos ao obsolescência por dificultar o intercâmbio com as indústrias mais adiantadas que progredem com grande rapidez. Recentemente foi reformulada a nossa lei de informática oferecendo abertura para o intercâmbio internacional.

A *biotecnologia*, como a *informática*, conduzem a sociedade ao aproveitamento superior dos recursos existentes. Na agricultura, atuando sobre as sementes e utilizando a climatização artificial, as novas técnicas vêm realizando verdadeiros “milagres”, enriquecendo o teor protéico dos produtos, alterando o seu ciclo de produção, multiplicando as quantidades produzidas. No reino animal, a engenharia genética vem alcançando notáveis resultados no fortalecimento dos produtos, atuando sobre os embriões de alta qualidade selecionados para a

reprodução de gado, porcos e carneiros. Também a indústria de laticínios vem recebendo melhorias substanciais na quantidade e qualidade dos produtos. As técnicas de inseminação — sêmen selecionado e “mãe de aluguel” — são toleradas. As instituições científicas mundiais vêm recebendo sem oposição os avanços da biotecnologia que favorecem o suprimento e qualidade da alimentação humana. As críticas, o medo das conseqüências de um desequilíbrio de ordem natural do universo, situa-se, particularmente, no campo da transgênese, alteração do gene humano ou animal.

No Brasil, comparativamente aos países do 1º mundo, estamos ainda na infância desses novos ramos de conhecimento. Alguns institutos e centros de pesquisas, em particular no Rio de Janeiro e em São Paulo, vêm desenvolvendo técnicas visando a melhoria da produção agrícola e pecuária e, também, atuando no campo da medicina, numa tentativa de acompanharem os avanços modernos.

Assim, resumidamente, analisamos as condições atuais dos fatores de poder do Estado brasileiro, indicando suas possibilidades e suas carências para que, estimuladas as primeiras e corrigidas as últimas, possamos a vir a ocupar o nosso lugar na chamada nova ordem mundial. Para isto será necessário que a política (governo) marque os objetivos principais, tenha um planejamento estratégico realístico e o impulsione com vontade firme, apoiado pelas maiorias nacionais.

## O BRASIL FACE ÀS TENDÊNCIAS DE MUDANÇA PARA O SÉCULO XXI

Ao destacarmos, na introdução deste trabalho, as características do período de transição vertiginosa porque atravessa o planeta, não enfatizamos o homem, o dínamo que opera as transformações.

É dos mesmos autores, John Naisbitt e Patricia Aburdene, que citamos no início do trabalho, o trecho que vamos novamente destacar. Dizem eles:

*“Atrás de cada uma dessas transformações... pessoas. Pessoas que encaram a realidade como ela é, de forma autêntica, verdadeira e honesta. Pessoas que agem sobre a realidade. Pessoas que constroem, ao invés de desperdiçar energias criticando e destruindo. Pessoas que, agradecidas, capitalizam criativamente o que possuem, ao invés de lamentarem o que não têm, cheias de comisseração e revolta. Pessoas que não se acomodam e buscam evoluir cada dia em sintonia com a evolução do próprio mundo. Mais do que nunca é tempo de criar.”*

Para acompanharmos o ritmo das transformações do século XXI teremos, antes de tudo, que transformar o homem brasileiro, prepará-lo cívica e intelectualmente para responder positivamente aos apelos de um país que quer acompanhar a marcha para o futuro.

Daf, no âmbito de uma sociedade que respeite a liberdade, há que educá-lo nos três níveis.

Ao nível superior, assegurar um ensino moderno e eficiente. Aos selecio-

nados, aos vocacionados, garantir os meios para as pesquisas de toda natureza, científica e tecnológica, a fim de formarmos uma elite intelectual e técnica à altura das exigências deste mundo do futuro onde pretendemos conquistar um lugar. Nos níveis médio e primário o ensino deve abranger a grande massa da população. A palavra analfabeto deve ser excluída do dicionário brasileiro.

A consciência cívica do cidadão precisa ser aprimorada para que ele, vivendo em regime democrático, saiba fazer as suas opções eleitorais, possa participar do mister de governar.

Entre as principais tendências que balizam a marcha para o século XXI, assinalamos:

- o avanço da democracia e a expansão da livre empresa;
- o apelo econômico suplantando o político, ideológico;
- a liberação do comércio internacional;
- o impulso poderoso da informática e das telecomunicações;
- a relativa abundância de recursos naturais;
- preocupação constante com as questões ecológicas;
- a progressiva redução do tamanho dos produtos;
- a contenção da inflação e dos juros;
- o surgimento de uma Ásia altamente competitiva no campo da economia;
- a contenção das guerras.

A construção de uma sociedade com estas tendências vem sendo encaminhada num universo em que os gran-

des esquemas são a integração das nações em blocos (comunidades, associações multinacionais) e a tendência para o exercício global da economia.

Nesse contexto, o Brasil deve encontrar o seu lugar.

É mister não ficar agarrado a fórmulas comprovadamente ultrapassadas, mas é mister, também, não abrir mão de valores que constituem a própria essência da identidade nacional, entre eles soberania e integridade territorial.

Não podemos ignorar que, no quadro de um mundo verdadeiramente democrático, a integração, o livre comércio, realizam-se em ambiente político de *consentimento soberano* entre as nações.

Sáímos, em termos de poder mundial, de um contexto político-estratégico *bipolar*, para o *hegemônico* que, na opinião de inúmeros analistas internacionais, será temporário, transferindo-se para um *sistema multipolar*, formado por 5 ou 6 blocos de nações associados.

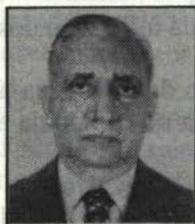
Para nós brasileiros, conforme comentamos na 1ª parte deste trabalho, a composição de poder mundial que

mais nos favorece, será a *multipolar*, onde teremos capacidade de opção política jogando com o nosso peso estratégico.

Nosso peso estratégico, entretanto, será sempre em função do nível do desenvolvimento econômico e social que tivermos atingido na sociedade internacional.

## BIBLIOGRAFIA

- CLINE, Ray — *World Power Assessment — A Calculus of Strategic Drift*, Georgetown University, Washington, 1975.
- FUKUYAMA, Francis — *The End of History*, 1991; *The End of History and the Last Man*, 1992.
- JAGUARIBE, Helio — *A Nova Ordem Internacional*, Conferência, 24.09.91.
- NAISBITT, John e ABURDENE, Patricia — *Megatrends 2000*, Amana-Key Editora, 1990.
- La Decouvert (Editora) — *L'Etat du Monde 1991*, Paris.
- McNAMARA, Robert — *The Post Cold War and its Implications for Military Expenditures in the Developing Countries*, Conferência, 25 de abril de 1991.
- MEIRA MATTOS, Carlos — *Brasil Geopolítica e Destino*, Editora José Olympio, 2ª edição, Rio, 1979; *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Biblioteca do Exército, Rio, 1977.
- MORGHENTAU, Hans — *Politics among Nations*, Borzoi Books, 1949.
- TOFLER, Alvim — *O Choque da 3ª Onda*, 1990.



O General-de-Divisão RI CARLOS DE MEIRA MATTOS foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopolítico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pela BIBLIEX.